

Relatório do Grupo PPE

Número 6 / Junho de 2011



Orçamento da UE: PE rejeita orçamento da UE estático após 2013

Pedro López

O Parlamento Europeu deu esta semana um claro sinal político contra o congelamento dos recursos para a UE após 2013. Essa proposta, formulada em Dezembro de 2010 por cinco Chefes de Governo (França, Reino Unido, Países Baixos, Alemanha e Finlândia), “não é uma opção viável”, caso pretendam realmente que a União realize todas as suas atribuições.

“Não se pode querer mais Europa com menos dinheiro”, declarou Salvador Garriga Polledo, o deputado espanhol ao PE do Grupo PPE incumbido da elaboração do projecto de proposta na Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável após 2013, criada pelo Parlamento há um ano com vista à preparação da posição do Parlamento para as futuras negociações do próximo quadro financeiro plurianual relativo ao período 2014-2020.

A proposta foi aprovada no plenário por uma clara maioria (468 votos a favor, 134 contra e 54 abstenções) e mereceu o apoio dos principais grupos políticos. Deste modo, o Parlamento Europeu demonstra uma frente unida em relação ao debate sobre o financiamento futuro da União, cujo início formal está previsto para 29 de Junho de 2011, quando a Comissão apresentar as propostas legislativas.

“Precisamos de pôr fim ao mau hábito de aceitarmos compromissos políticos a nível europeu, para os quais depois se recusa o financiamento. Esta forma de agir só aumentará a desilusão das pessoas e o eurocepticismo”, afirmou Garriga após a votação. O Parlamento exige, no mínimo, um aumento de recursos de 5% em comparação com o orçamento de 2013. Este montante “é o mínimo necessário” para assegurar o financiamento das políticas tradicionais da UE – agricultura e coesão regional e social – ao nível actual e para financiar as novas prioridades – I&D, inovação, redes de transportes e energia –, explicou Garriga. “Este aumento de 5% é o resultado de um amplo consenso e de um exercício de realismo político, devendo constituir a base para as negociações”, sublinhou.

O relatório propõe também a introdução de uma nova estrutura para o quadro financeiro sob uma rubrica única “Europa 2020” e mesmo que o Parlamento aceite um quadro financeiro de 7 anos a título transitório, solicita que os quadros financeiros a partir de 2021 tenham a duração de 5 anos ou 5+5 anos. A proposta apela também a uma profunda reforma do sistema de financiamento da UE, designadamente através da introdução de recursos próprios genuínos com vista à substituição do sistema baseado no RNB.

Vírus E. coli: reforço da cooperação na Europa

Os deputados ao Parlamento Europeu debateram os desafios associados à disseminação do vírus E. coli na Europa. O Grupo PPE salientou a necessidade de haver uma rápida troca de informação por parte dos Estados-Membros. “É fundamental que todos os governos tenham informação completa sobre a evolução da situação. Não se trata de uma doença qualquer. Este vírus pode causar vítimas mortais. E já o fez”, afirmou Peter Liese (D), porta-voz do Grupo PPE para a área da saúde.

O comissário europeu responsável pela saúde, John Dalli, declarou haver espaço para melhorias e apelou a uma maior clareza na política de informação das autoridades alemãs. Os deputados ao Parlamento Europeu concordaram que é necessário reforçar o papel da Comissão a nível da coordenação da acção rápida. Os Ministros da Agricultura da UE realizaram uma reunião especial no Luxemburgo e decidiram disponibilizar fundos para os horticultores afectados pela crise da E. coli. A Comissão Europeia reforçou o montante total disponível para 210 milhões de euros.

Thomas Bickl

Eurovinheta: acordo em relação às imposições aplicáveis aos veículos pesados de mercadorias

Francoise Petit

O Parlamento Europeu, reunido esta semana em Estrasburgo, submeteu à votação um acordo de segunda leitura entre o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo alcançado um compromisso, por ampla maioria, quanto a um relatório relativo à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias.

Aos veículos pesados de mercadorias podem agora ser aplicadas imposições pela utilização de certas infra-estruturas, pelo custo da poluição sonora e da poluição atmosférica. A Vice-Presidente do Grupo PPE, Corien Wortmann-Kool (NL), congratulou-se com o acordo: “Foi dado o primeiro passo para aplicar o princípio de «poluidor pagador» com a adopção dos incentivos certos para aumentar a sustentabilidade do sector dos transportes na Europa.”

A maioria do Grupo PPE apoiou o compromisso global, pois as principais questões suscitadas pelo Grupo PPE foram tidas em conta no acordo de segunda leitura. Segundo Corien Wortmann-Kool: “Haverá um sistema claro e interoperável na Europa, assim como uma melhor afectação das receitas, garantindo-se uma afectação inicial mínima de 15% para os projectos de transporte transeuropeus. Os Estados-Membros estão obrigados a ser transparentes e a comunicar à CE o montante de receitas de portagens, bem como a explicar como investiram o dinheiro.”

Não haverá taxas de congestionamento suplementares, as quais serão substituídas por uma diferenciação dos valores das portagens. Ainda segundo Corien Wortmann-Kool: “Serão permitidas diferenciações das portagens até ao limite de 175%, sendo as taxas mais elevadas aplicadas durante um período máximo de 5 horas por dia e, no resto do dia, serão aplicadas taxas mais baixas. Esta diferenciação será aplicada no mesmo troço de estrada e deverá ter um impacto neutro nas receitas. Deste modo, os veículos pesados de mercadorias serão incentivados a evitar determinados troços durante as horas de ponta.”

O enquadramento proposto deixa aos Estados-Membros a decisão de optarem por princípios de tarifação comuns.

Investigação na UE (PQ7): 28,5 mil milhões de euros para responder aos desafios científicos da União

Marion Jeanne

“O futuro da Europa reside na investigação e na inovação. Com a aprovação do meu relatório por uma vastíssima maioria, o Parlamento Europeu envia uma mensagem clara à Comissão Europeia em relação ao rumo a seguir em futuros convites à apresentação de projectos no âmbito do 7.º Programa-Quadro (PQ7)”, afirmou Jean-Pierre Audy (F) após a aprovação pelo Parlamento Europeu, na sessão plenária em Estrasburgo, do seu relatório sobre a avaliação intercalar do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração.

Durante o debate na sessão plenária de 6 de Junho, o deputado recordou o contexto em que o seu relatório foi elaborado: “Estamos ainda a sair da crise económica, com uma economia frágil, e nestes tempos de escassez de dinheiros públicos, os montantes em causa são importantes. Ainda é necessário programar 28,5 mil milhões de euros para 2011, 2012 e 2013”, afirmou Jean-Pierre Audy.

O deputado ao Parlamento Europeu realçou dois elementos fundamentais para o futuro da investigação europeia:

- A simplificação: “Temos de simplificar o futuro e fazer a quitação do passado. É necessário simplificar os pagamentos. Deste modo, reduziremos o número de erros. Deve ser reconhecida a possibilidade de auditorias independentes. Poderia haver um mecanismo de mediação independente com base nessas auditorias, que evitasse o recurso ao Tribunal de Justiça Europeu para a resolução de litígios que eventualmente ocorressem entre as autoridades controladas e a Comissão Europeia”;
- A resposta aos grandes desafios da sociedade — desafios demográficos, saúde, espaço, aprovisionamento energético, desenvolvimento sustentável, luta contra as alterações climáticas — que está associada a uma maior participação das PME e da indústria em geral, assim como a um reforço da participação das mulheres. É também necessária uma distribuição mais harmoniosa da investigação a nível europeu, sempre no respeito do princípio fundamental da excelência, e que nos permita tirar partido dos melhores investigadores do mundo.

Agências de notação de crédito: melhorar a notação e garantir uma supervisão europeia eficiente

Marion Jeanne

“A crise económica e financeira realçou a responsabilidade das agências de notação de crédito e a necessidade de aumentar a sua supervisão e a transparência dos seus critérios de notação. Com a votação desta semana, o Parlamento Europeu envia um sinal claro à Comissão Europeia, instando-a a propor melhorias à legislação actual, que em si já constitui um importante passo em frente”, afirmou Jean-Paul Gauzès (F) após a aprovação por larga maioria no Parlamento Europeu do relatório sobre as agências de notação de crédito: perspectivas futuras.

“Há ainda um caminho a percorrer no que se refere ao reforço da transparência e à prevenção de conflitos de interesses entre a agência e a instituição que é alvo da notação. Além disso, é crucial o reforço da supervisão europeia das agências. Em relação a este aspecto, urge aumentar os poderes e a capacidade da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM), para que esta possa cumprir as suas funções de supervisão”, afirmou Gauzès.

“Por último, a questão da notação da dívida soberana dos Estados-Membros constitui um verdadeiro problema político e ético. Uma possível solução seria a criação de uma Fundação Europeia de Notação de Crédito, cuja missão seria a notação da dívida soberana. Para assegurar a sua credibilidade, a Fundação, o pessoal e a estrutura de governação teriam de ser totalmente independentes”, referiu Jean-Paul Gauzès.

“O Grupo PPE continua atento e tudo fará para que as propostas da Comissão Europeia contemplem esta posição claramente expressa pelos deputados ao Parlamento Europeu. Além disso, velará por uma gestão da AEVMM que respeite os textos que lhe conferiram poderes”, concluiu Jean-Paul Gauzès.

Um Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento

Foi esta semana aprovado em plenário um relatório de Gay Mitchell (IE) que estabelece metas futuras no âmbito do objectivo de erradicação da pobreza após uma análise do actual Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD).

Gay Mitchell, que é Co-Coordenador do Grupo PPE na Comissão do Desenvolvimento, afirmou que a UE deve reforçar o financiamento neste domínio até atingir 0,7 do Rendimento Nacional Bruto (RNB) na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 2015. Após 2013, a Comissão do

Desenvolvimento do Parlamento Europeu pretende que seja criado um instrumento de financiamento que vise exclusivamente a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. O relatório apela a uma distribuição específica da ajuda, com um mínimo de 20 por cento reservados para a prestação de cuidados de saúde básicos e para o ensino.

É salientada a importância do apoio à geração de receitas internas e do incentivo a um sistema de governo justo e fiável, que estimule a iniciativa empresarial nos países em desenvolvimento. As alterações climáticas e as questões ambientais também devem ser tidas em consideração na futura política de desenvolvimento, afirma o relator.

O relatório de Gay Mitchell sobre o regulamento que institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento: ensinamentos colhidos e perspectivas para o futuro será agora presente à Comissão para apreciação, enquanto prosseguem os preparativos para a próxima geração de instrumentos de financiamento para a distribuição de ajuda.

Cliona Connolly